

Sumário

Prefácio	XV
1 Introdução	1
2 A fraternidade como razão prática: a lei natural em Finnis	9
2.1 Questões preliminares da razão prática na teoria finnisiana	10
2.1.1 O autor: John Finnis.....	10
2.1.2 O princípio primaríssimo	13
2.1.3 Metodologia da razão prática	18
2.1.3.1 Significado focal e caso central.....	18
2.1.3.2 Os primeiros preceitos	22
2.1.3.3 Os requisitos da razoabilidade prática.....	26
2.1.4 Relação entre a realização humana e a ética teleológica da razão prática	29
2.1.4.1 A teleologia inerente à razão prática e o problema da centralidade da norma como referência moral na ética deontológica.....	29
2.1.4.2 A satisfação e a virtude na realização humana	35
2.2 O conteúdo da fraternidade em Finnis.....	40
2.2.1 Requisitos de fraternidade na razoabilidade prática	40
2.2.1.1 Imparcialidade para com as pessoas	40
2.2.1.2 Respeito por cada valor básico em cada ato.....	43

2.2.1.3 Favorecer e promover o bem comum da comunidade	44
2.2.2 A fraternidade e o bem humano básico da amizade: o fundamento das comunidades	44
2.2.2.1 Amizade plena e comunidade da ação conjunta: o compromisso com a autorrealização do amigo ou dos membros da comunidade	45
2.2.3 A fraternidade como princípio supremo da moralidade: a realização humana integral	50
2.3 Conclusão do capítulo	57
3 A fraternidade como lei da alteridade: a lei natural em Barzotto	61
3.1 A fraternidade como manifestação da lei natural e como lei da alteridade	61
3.2 O enigma da lei natural e do ser pessoa: aspectos da ontologia e da ética	67
3.3 Antropologia filosófica da pessoa humana: ser humano é ser fraterno	69
3.4 Reconhecimento por meio da fraternidade	75
3.5 Conclusão do capítulo	81
4 A fraternidade como mediação do bem comum	85
4.1 Conceito de bem comum: entre o esquecimento e a restrição do sentido	86
4.1.1 Equivocidade do conceito de bem comum: sentido de predicado, de causa final e de partilha de bens	87
4.1.2 Os sentidos de bem comum em Finnis e a fraternidade como bem substancial	93

4.1.3 O bem individual e o bem coletivo como aspectos do mesmo bem comum	101
4.1.4 O bem comum e as classificações da justiça	105
4.1.5 O princípio de justiça da subsidiariedade	109
4.2 Direito e fraternidade.....	114
4.2.1 As quatro ordens da realidade	117
4.2.2 Fraternidade como elemento não proposicional do direito	120
4.3 Mediação da fraternidade por instituições	124
4.3.1 Bens e instituições da sociedade fraterna.....	125
4.3.2 Direitos humanos e a ética da fraternidade.....	128
4.3.2.1 O justo natural, o justo convencional e a autoridade de fundação	129
4.3.2.2 O ethos da alteridade e o ethos do individualismo na cultura política	132
4.3.2.3 Direitos humanos à luz da verdade prática e do bem comum.....	138
4.4 Conclusão do capítulo.....	143
5 Conclusão	147
Referências	153
Coleção Teoria da Lei Natural.....	163